

# LDO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

PREFEITURA MUNICIPAL



via site

# 2015

ELABORAÇÃO

**CONASP CONTABILIDADE**

Rua Marcondes Pereira, 540 - Dionísio Torres  
85 3257-4030 - Fortaleza - Ce - CEP: 60.130-060  
suporte@conasp.com.br | www.conasp.com.br



Poder Executivo Municipal

# PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA

ESTADO DO CEARÁ

GABINETE DO PREFEITO

Ofício n.º 219 / 2014

Jaguaribara, 26 de Junho de 2014.

**FRANCISCO HOLANDA GUEDES**, na qualidade de Prefeito Municipal de Jaguaribara, VEM, respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento aos dispositivos contidos no **Art. 9º da Instrução Normativa Nº 01/2007 e Art. 4º da Instrução Normativa 02/2008** desse Egrégio Tribunal de Contas, ENCAMINHAR, para exame e apreciação da legalidade, a **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2015**, aprovada pela Câmara Municipal de Jaguaribara e sancionada pelo Poder Executivo sob o nº **851/2014, em 28 de maio de 2014.**

Sem mais para o momento, coloca-se à disposição dessa Colenda Corte de Contas para informações adicionais, aproveitando o ensejo para apresentar protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

**FRANCISCO HOLANDA GUEDES**  
Prefeito Municipal

Ao Exmo. Sr.  
Dr. FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR  
Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios  
Estado do Ceará

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ  
SEÇÃO DE NOTÍCIAS  
-26-Jun-2014-15:45-012630-2/2



**Poder Executivo Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**

**ESTADO DO CEARÁ**

**GABINETE DO PREFEITO**

## **EDITAL DE PUBLICAÇÃO**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARIBARA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos Arts. 28, inciso 10, da Constituição do Estado do Ceará e pela Lei Orgânica do Município, VEM, através deste, tempestivamente, publicar a LEI Nº. 851/2014 de 28 de maio de 2014, que trata da LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO, para o exercício financeiro de 2015 no Flanelógrafo do Município de Jaguaribara, com fundamento na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme Decisão proferida no Recurso Especial Nº 105.232 (96/0056484-5/Ceará).**

**Jaguaribara, 28 de maio de 2014.**

**FRANCISCO HOLANDA GUEDES**  
**Prefeito Municipal**



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 851 /2014

JAGUARIBARA, 28 DE MAIO DE 2014.

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES  
ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE  
2015, NA FORMA QUE INDICA E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**FRANCISCO HOLANDA GUEDES**, Prefeito Municipal de Jaguaribara, Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, **faz saber** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município de Jaguaribara, esta lei estabelece as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2015, compreendendo orientações para:

- I - a elaboração da proposta orçamentária;
- II - a estrutura e a organização do orçamento;
- III - as alterações na legislação tributária do Município;
- IV - as despesas do Município com pessoal e encargos;
- V - a execução orçamentária;
- VI - as disposições gerais.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, integram esta lei os seguintes anexos:

- I - de Prioridades e Metas;
- II - de Riscos Fiscais;
- III - de Metas Fiscais.

Art. 3º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei, constituem dos seguintes:



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Anexo de Riscos Fiscais e Anexo de Metas Fiscais

**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**

I- Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

Demonstrativo I - Metas Anuais;  
Demonstrativo II - Avaliação quanto ao Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2014;  
Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores; Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;  
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;  
Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, (não se aplica ao município);  
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e  
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

**I - DAS METAS FISCAIS**

Art. 4º - As metas fiscais anuais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2015, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII do art. 3º desta Lei, em valores correntes e constantes acompanhado da respectiva metodologia de cálculo;

**RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

Art. 5º - Em cumprimento ao § 3º, do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

**METAS ANUAIS**

Art. 6º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo I - Metas Anuais será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2015 e para os dois exercícios seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2015, 2016 e 2017 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 637/2012 de 18 de outubro de 2012 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

Art. 7º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Art. 8º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Art. 9º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

Art. 10º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

Art. 11 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - As isenções e incentivos fiscais, nos termo do Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal virão acompanhados de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, demonstrando as medidas compensatórias sendo aceitos apenas, aumento permanente da receita e da diminuição permanente da despesa.

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.**

Art. 12 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

**MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.**

Art. 13 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 637/2012-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2015, 2016 e 2017.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.**

Art. 14 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL**

Art. 15 - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA**

Art. 16 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais





Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2015, 2016 e 2017.

## **II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Art. 17 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2014 a 2017, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2015 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

## **III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art. 18 - Integrarão a lei orçamentária anual do Município os seguintes anexos e demonstrativos, relativos ao orçamento consolidado da Administração Direta e seus fundos que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional do Município:

I - receita e despesa, compreendendo:

- a) receita e despesa por categoria econômica;
- b) sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

II - da receita, compreendendo:

- a) legislação;
- b) a previsão para 2015 por categoria econômica;
- c) a evolução por categoria econômica, incluindo a receita arrecadada nos exercícios de 2012 e 2013, a receita prevista para o exercício de 2014 conforme aprovada pela lei orçamentária e a receita orçada para 2015;

III - da despesa, compreendendo:

- a) a despesa fixada por órgão e por unidade orçamentária, discriminando projetos, atividades e operações especiais;
- b) o programa de trabalho do governo, evidenciando os programas de governo por funções e subfunções, discriminando projetos, atividades e operações especiais;



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

c) a despesa por órgãos e funções;

d) a evolução por órgão, incluindo a despesa realizada no exercício de 2013, a despesa fixada para 2014 conforme aprovado pela lei orçamentária e a despesa orçada para 2015;

e) a evolução por grupo de despesa, incluindo a despesa realizada no exercício de 2013, a despesa fixada para 2014 conforme aprovado pela lei orçamentária e a despesa orçada para 2015;

f) demonstrativos do cumprimento das disposições legais relativas à aplicação de recursos em saúde e educação;

g) demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo com os recursos;

IV - da legislação e atribuições de cada órgão;

Art. 19 - O orçamento de cada um dos órgãos da Administração Direta e seus fundos, discriminará suas despesas, no mínimo, com os seguintes níveis de detalhamento:

I - programa de trabalho do órgão;

II - despesa do órgão detalhada por grupo de natureza e modalidade de aplicação;

III - despesa por unidade orçamentária, evidenciando as classificações institucional, funcional e programática, detalhando os programas segundo projetos, atividades e operações especiais, e especificando as dotações por, no mínimo, categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

#### **IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 20 - O projeto de lei orçamentária, relativo ao exercício de 2015, deverá assegurar os princípios da justiça, da participação popular e de controle social, de transparência e de sustentabilidade na elaboração e execução do orçamento, na seguinte conformidade:

I - o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e execução do orçamento, políticas públicas, projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos, bem como combater a exclusão social, o trabalho escravo e a vulnerabilidade da juventude;

II - o princípio da participação da sociedade e de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento por meio de instrumentos previstos na legislação;



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

III - o princípio da transparência implica, além da observância ao princípio constitucional da publicidade, a utilização de todos os meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento;

IV - o princípio da sustentabilidade deve ser transversal a todas as áreas da Administração Municipal e assegura o compromisso com uma gestão comprometida com a qualidade de vida da população e a eficiência dos serviços públicos.

Art. 21 - A elaboração da lei orçamentária deverá pautar-se pela transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas às suas diversas etapas.

§ 1º Para assegurar a transparência e a ampla participação popular durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo promoverá audiências públicas nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 2º Será dada ampla publicidade da data, horários e local de realização de audiência de que trata § 1º deste artigo;

§ 3º São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

- I - os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias;
- II - o Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- III - o Relatório de Gestão Fiscal;

Art. 22 - A proposta orçamentária do Município para 2015 será elaborada de acordo com as seguintes orientações gerais:

- I - participação da sociedade;
- II - responsabilidade na gestão fiscal;
- III - desenvolvimento econômico e social, visando à redução das desigualdades;
- IV - eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos, em especial nas ações e serviços de saúde, de educação, de transporte, moradia e assistência social;
- V - ação planejada, descentralizada e transparente, mediante incentivo à participação da sociedade;
- VI - articulação, cooperação e parceria com a União, o Estado e a iniciativa privada;
- VII - acesso e oportunidades iguais para toda a sociedade;
- VIII - preservação do meio ambiente com implantação de parques, incentivo à



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

agricultura familiar e destinação adequada dos resíduos sólidos, preservação do patrimônio histórico material e imaterial e das manifestações culturais;

IX – resgate da cidadania nas áreas mais vulneráveis;

Art. 23 - As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2015 são aquelas especificadas através do Anexo de Prioridades e Metas.

Art. 24 - A Câmara Municipal de Jaguaribara encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária para 2015, para inserção no projeto de lei orçamentária, até o último dia útil do mês de agosto de 2014, observado o disposto nesta lei.

Art. 25 - Integrarão a proposta orçamentária do Município para 2015:

I - mensagem do Chefe do Poder Executivo;

II - projeto de lei;

III - anexo com os critérios de projeção da receita;

IV - anexos e demonstrativos de que tratam esta lei.

Art. 26 - Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2015, deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois exercícios seguintes.

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocara à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subseqüentes e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 27 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo:

- projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

- obras em geral, desde que ainda não iniciadas.



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

- dotação para combustíveis; e
- dotação para as despesas de manutenção dos órgãos.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 28 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2015, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2014 (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

Art. 29 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2014.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 30 - A lei orçamentária conterà dotação para reserva de contingência, no valor de até 0,5% (cinco décimos por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2015, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos. Poderá o executivo utilizar o percentual máximo de 80% do total do orçamento para abertura de Créditos Adicionais Suplementares.

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao atendimento de riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 30 de novembro de 2015, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 31 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Art. 32 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal de desembolso para as Unidades Gestoras, (art. 8º da LRF).

Art. 33 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 34 - A lei orçamentária anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de consórcios públicos regulados pela Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

Art. 35 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2014, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 36 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal mediante convênio, ajuste ou congêneres e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 37 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 38 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 39 - Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, inclusive instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou a outro Município, desde que compatíveis com os programas constantes da lei orçamentária anual, mediante convênio, ajuste ou congêneres.

Art. 40 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 41 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 42 - Durante a execução orçamentária de 2015, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 43 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Art. 44 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2015 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

**V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 45 - A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 1,2 (um virgula dois pontos) da Receita Corrente Líquida apuradas até o final do quadrimestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 46 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 47 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

**VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS**

Art. 48 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal, através de concurso público, a ser realizado e nomeações em decorrência de concursos já implementados, ou nomeação em caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2015.

Art. 49 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2015, Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos arts. 18, 19, e 20 da Lei Complementar Federal nº 101 de 2000.





Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Art. 50 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 51 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

- eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- eliminação das despesas com horas-extras;
- exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 52 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende - se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art.18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

## **VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA**

Art. 53 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Art. 54 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 55 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

### **VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 56 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o último dia do exercício de 2014.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 57 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 58 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 59 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 60 - Poderá ser incluído no orçamento anual para o exercício financeiro de 2015, fixação para o custeio de despesas com polícia, cartório e poder judiciário, bem como concessão de refeições, doações e suprimentos de fundo, conforme preconiza o art. 62, I da



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Lei Complementar nº. 101.

§ 1º- A efetivação de gastos com polícia e poder judiciário, deverá ser precedida de celebração de convênio.

§ 2º- As refeições e lanches, quando necessárias-inclusive em datas comemorativas, serão concedidas em reuniões com autoridades de outras esferas administrativas, com membros da edilidade municipal, secretários e servidores públicos municipais.

§ 3º- As doações serão concedidas em caso de extrema necessidade, com controle e acompanhamento da Secretaria de Assistência Social, através de processo devidamente formalizado.

Art. 61 - As metas e prioridades da Administração Pública para o exercício financeiro de 2015 serão especificadas no anexo de metas físicas que é parte integrante desta lei, as quais terão precedência de recursos na Lei Orçamentária Anual, mas não se constituem em limite à programação das despesas.

§ 1º - As metas e prioridades constantes no anexo de que trata este artigo possui caráter apenas indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o processo de planejamento municipal, podendo a lei orçamentária anual atualizá- las.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas, inclusive considerando as que se encontram em andamento de acordo com a identificação constante do PPA 2014-2017, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 62 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Jaguaribara, Estado do Ceará, em 28 de maio de 2014.

  
**FRANCISCO HOLANDA GUEDES**  
PREFEITO MUNICIPAL



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

## **ANEXO DE PRIORIDADES**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**EXERCÍCIO 2.015**



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

**ANEXO DE PRIORIDADES**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2015**

PRELIMINARMENTE, o Governo Municipal apresenta de forma genérica as prioridades da Administração Pública de JAGUARIBARA para o Exercício Financeiro de 2.015, objetivando munir a quem de direito com as informações necessárias ao acompanhamento da elaboração e execução do Orçamento Anual do ano vindouro, conforme abaixo:

**DAS METAS PROGRAMÁTICAS**

**LEGISLATIVA**

**PRIORIDADES**

Ação - Administração da Câmara Municipal de Jaguaribara.

Ação - Reforma do prédio da Câmara Municipal.

**ADMINISTRAÇÃO**

**PRIORIDADES**

Ação - Reforma do Prédio onde funciona a Prefeitura Municipal.

Ação - Desenvolver o gerenciamento administrativo das Secretarias Municipais.

Ação - Convênios com entidades Públicas ou Privadas com o intuito de obter cooperação técnica.

Ação - Serviço de promoção e divulgação das ações do município, através da internet, rádio, jornal e televisão.

Ação - Manutenção do Fórum de Jaguaribara.

Ação - Manutenção das atividades operacionais da Junta do Serviço Militar.

Ação - Manutenção e Funcionamento do auditório - Show Room do Município.



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

- Ação - Manutenção das atividades da Controladoria e Ouvidoria do Município.
- Ação - Realização de oficinas para planejamento participativos das Lei de Diretrizes Orçamentárias, Leis Orçamentárias Anuais e Plano Plurianual.
- Ação - Aquisição de veículo para o setor de tributos.
- Ação - Cadastro imobiliário e econômico, bem como elaboração da planta genérica de valores do município.
- Ação - Aquisição de equipamentos para a administração tributária.
- Ação - Capacitação dos servidores municipais.

## URBANISMO

### **PRIORIDADES**

- Ação - Ampliação do Cemitério Público com a construção de novos jazigos.
- Ação - Construção da estrada vicinal que liga o Curupati Peixe ao Curupati Irrigação.
- Ação - Manutenção e funcionamento de Torres Repetidoras de sinais de TV.
- Ação - Iluminação Pública de vias e logradouros Públicos
- Ação - Manutenção e funcionamento da rede de cemitérios públicos.
- Ação - Funcionamento do Sistema de abastecimento de D'água.
- Ação - Construção de Praças.
- Ação - Pavimentação de ruas.
- Ação - Reforma do aterro sanitário.
- Ação - Conservação das praças, vias e logradouros públicos.
- Ação - Aquisição de máquinas e equipamentos.
- Ação - Manutenção dos serviços de limpeza urbana, coleta de lixo e op. do aterro sanitário.
- Ação - Ampliação e Construção do sistema de abastecimento de água.
- Ação - Manutenção e ampliação das estradas vicinais do município.
- Ação - Urbanização dos assentamentos.
- Ação - Recuperação da pista de pouso e acessos



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Ação – Ampliação e Reforma do matadouro público.

**SANEAMENTO / GESTÃO AMBIENTAL**

**PRIORIDADES**

Ação – Ampliação e Construção do Sistema de Rede de esgoto Urbano.

Ação – Revitalização dos poços artesanais nos assentamentos e zona rural.

**AGRICULTURA**

**PRIORIDADES**

Ação - Construção de parque de feiras e exposições.

Ação - Apoio ao corte de terras para plantio.

Ação - Apoio ao programa zoonoses, destinado aos serviços de apreensão, com a construção de um canil, podendo atuar através de consórcio público.

Ação - Elaboração do Plano Rural Sustentável, com o diagnóstico de cada comunidade.

Ação - Apoio as Associações Comunitárias e de Produtores Rurais.

Ação - Manutenção e Funcionamento do sistema de abastecimento.

Ação - Implantação do programa REUSO das águas.

Ação - Manutenção do programa REUSO das águas do Gov. Estadual, em Parceria com a CAGECE.

Ação - Demarcação parque aquícola por espelho d'água para piscicultura.

Ação – Sinal das áreas de pesca no entorno dos parque aquícolas do Castanhão.

Ação – Aquisição de terreno para const. de casas do programa PNH rural.

Ação -Aquisição de terreno para construção de unidades de abate e beneficiamento do pescado.

Ação – Aquisição de equipamento para monitoramento da qualidade da água.

Ação - Incentivos ao cooperativismo e associativismo aos grupos de produção de pescado.





Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Ação - Promover a capacitação profissional em aquicultura e pesca.

Ação - Realizar e apoiar eventos visando a promoção das atividades econômicas desenvolvidas em Jaguaribara, com objetivo de acesso a informações, novos conhecimentos, divulgação e comercialização.

Ação - Apoiar a participação dos produtores em feiras, eventos e visitas técnicas.

Ação - Construção de parque de feiras e exposições.

### TRANSPORTE

#### **PRIORIDADES**

Ação - Manutenção e funcionamento do Terminal Rodoviário Municipal.

Ação - Construção de pórticos.

Ação - Construção de terminais de embarque e desembarque de passageiros nas embarcações.

### DESPORTO E LAZER

#### **PRIORIDADES**

Ação - Aquisição de transporte coletivo para o setor de Desporto

Ação - Apoio e Fortalecimento do Esporte Amador

Ação - Incentivo e apoio ao Carnaval Popular do Município;

Ação - Ampliação e Reforma da Vila Olímpica Francisco Erasmo Bezerra

Ação - Contratação dos serviços de formação técnica, tática e física, para o setor de Desporto.

Ação - Manutenção e Funcionamento da Vila Olímpica Francisco Erasmo Bezerra de Freitas.

Ação - Realização de campeonatos em diversas modalidades.

Ação - Construção, Ampliação e Reforma de Quadras Esportivas.

Ação - Construção e reforma de campos de futebol.

Ação - Apoio ao esporte amador





Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Ação - Aquisição de material esportivo.

Ação - Implantação da escolinha de esporte para crianças e adolescente.

Ação - Campanhas publicitárias ao incentivo ao esporte.

### **COMÉRCIO E SERVIÇOS / TURISMO**

#### **PRIORIDADES**

Ação - Manutenção e funcionamento do Projeto Educação no Campo.

Ação - Aquisição de veículo de transporte coletivo para o transporte de passageiros em visita às áreas turísticas.

Ação - Incentivo e Promoção da Pesca Artesanal.

Ação - Aquisição de terreno para apoio a atração de indústrias.

Ação - Prod. e conf. de material gráfico de divulgação, real. de propagandas.

Ação - Const. e/ou ref. de auditório para realização de encontros, cursos e palestras.

Ação - Cont. de serv. de elaboração de projetos arquitetônicos e topografia.

Ação - Contratação de serviços de transporte aquático.

Ação - Realização de obras de urbanização do distrito industrial.

Ação - Construção de galpões no Distrito Industrial.

Ação - Incentivo à instalação de indústrias.

Ação - Reforma do centro de comercialização de produtos regionais (peixe e derivados, artesanato, frutas e derivados do leite) e recuperação de estrutura para apoio ao turista.

Ação - Construção da casa da memória.

Ação - Realização de obras de urbanização da margem esquerda do açude Castanhão com acessibilidade.

Ação - Construção de estátua da santa rosa de lima.

Ação - Construção de monumentos que simbolize a pesca esportiva e indique o volume d' água do Açude Castanhão.

Ação - Elaboração e execução de projeto de sinalização turística.





Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Ação - Construção de mirante.

Ação - Construção de abrigos em ilhas no açude Castanhão.

Ação - Apoio ao programa de qualificação do turismo.

Ação - Produção e confecção de material gráfico de divulgação, realização de propaganda.

Ação - Promoção de eventos, feiras, campeonatos relacionado com o turismo, pesca esportiva, esportes náuticos e de aventura.

### **ENCARGOS ESPECIAIS**

#### **PRIORIDADES**

Ação - Gerenciamento da dívida do município.

Ação - Contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

Ação - Pagamentos de sentenças judiciais.

### **EDUCAÇÃO**

#### **PRIORIDADES**

Ação - Reativar o Projeto ABC.

Ação - Implantação e promoção do atletismo com a construção de pistas de corridas e campos de futebol nas escolas.

Ação - Implantação e realização da feira de ciências, eventos e cursos.

Ação - Ampliação e Construção de escolas da rede de ensino fundamental.

Ação - Reforma de escolas municipais.

Ação - Programa de segurança nas escolas municipais.

Ação - Manutenção e Aquisição de Transporte escolar fluvial.

Ação - Fornecimento de fardamento escolar.

Ação - Funcionamento do Programa de formação continuada.

Ação - Política de Incentivo ao desenvolvimento de nível do aluno.



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Ação - Funcionamento da rede de ensino em tempo integral.

Ação - Concessão de bolsas de estudos para professores para estudo de pós-graduação.

Ação - Realização de cursos, seminários, palestras, fóruns para capacitação dos profissionais da educação.

Ação - Aquisição de carteiras escolares.

Ação - Aquisição de equipamentos (Data show, lousas digitais, computadores e acessórios).

Ação - Aquisição de livros escolares.

Ação - Construção de quadras esportivas nas unidades escolares.

Ação - Implantação de bibliotecas nas unidades escolares.

Ação - Reforma e ampliação de quadras e centros esportivos das unidades escolares.

Ação - Aquisição de ônibus escolares.

Ação - Manutenção do Programa de transporte escolar do ensino básico (FUNDAMENTAL E MÉDIO).

Ação - Construir laboratórios de ciências.

Ação - Distribuir kits escolares para alunos carentes da rede pub. de ensino.

Ação - Realização das gincanas Estudantis das escolas públicas.

Ação - Realização de jogos escolares das escolas públicas.

Ação - Reforma da sede da Secretaria de Educação.

Ação - Alimentação escolar, com qualidade, nas escolas públicas de ensino fundamental.

Ação - Aquisição de gêneros alimentícios do Programa agricultura rural.

Ação - Aquis. de móveis, utensílios e equipamentos para as cozinhas escolares.

Ação - Reforma dos depósitos armazenadores da merenda escolar.

Ação - Transporte escolar dos estudantes Universitários.

Ação - Const. de escolas para o ensino infantil (creches e pré-escolas).

Ação - Alimentação escolar, com qualidade, nas escolas públicas de ensino infantil.



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Ação - Manutenção do programa de Educação de Jovens e Adultos.

Ação - Realização das ações prevista no Programa Federal do Brasil Alfabetizado.

Ação - Alimentação escolar, com qualidade, nas escolas públicas de ensino EJA.

Ação - Construção de escolas para o ensino básico.

Ação - Funcionamento da Rede Pública de Ensino Básico Fund. no município.

Ação - Reforma e ampliação das Unidades Escolares.

Ação - Remuneração dos Prof. do Magistério do Ensino Fundamental.

Ação- Manutenção e Funcionamento da rede pública de ensino infantil.

Ação - Reforma e ampliação das unidades escolares de ensino infantil.

Ação - Remuneração de Profissionais do Magistério da Educação Infantil.

## SAÚDE

### **PRIORIDADES**

Ação - Aquisição de equipamentos para as farmácias (assistência farmacêutica).

Ação - Implantação e Funcionamento do Programa OLHAR BRASIL, em consórcio com outros municípios da região, sendo Jaguaribara a executora. (média complexidade).

Ação - aquisição de equipamentos para vigilância em saúde.

Ação - Apoio ao programa de endemias.

Ação - Apoio com a doação de medicamentos, material farmacológico, cadeiras de rodas, e transportes adequados, para crianças e adultos em situação de pobreza e atenção à saúde especializada.

Ação - adesão ao programa "MAIS MÉDICOS", abono pecuário.

Ação - repasse financeiro para a formação da Farmácia Secundária / Atenção Especializada e, para a Farmácia Básica.

Ação - Implantação e funcionamento do NASF.

Ação - Aquisição de equipamentos para as Unidades de Básicas de Saúde.

Ação - Aquisição de veículos para fort. das ativ. voltadas à saúde básica.



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

- Ação - Construção de Unidades Básicas em todo o município.
- Ação - Manutenção das atividades da Atenção Básica em saúde.
- Ação - Realização e incentivo a participação de cursos para o pessoal operacional da atividade de atenção básica em saúde.
- Ação- Reforma e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde.
- Ação- Manutenção e funcionamento do Programa Saúde na Família.
- Ação- Manutenção e funcionamento do Programa Saúde Bucal.
- Ação- Funcionamento Programa de Agentes Comunitários de Saúde – ACS.
- Ação- Implantação do Programa Academia de Saúde, com infraestrutura necessária para atividades artísticas, físicas, etc.
- Ação - Manutenção do Programa Academia da Saúde com a adesão da academia do idoso.
- Ação - Aquisição de ambulâncias.
- Ação - Manutenção e funcionamento do Hospital Municipal de Jaguaribara.
- Ação - Reforma e ampliação do Hospital Municipal.
- Ação - Aquisição de equipamentos para hospital municipal.
- Ação - Manutenção e funcionamento da Casa de apoio de Fortaleza.
- Ação – Repasse financeiro para consórcios públicos com fornecimento de serv. de saúde.
- Ação - Manutenção do programa assistência farmacêutica básica
- Ação - Aquisição de veículo para distribuição de medicamentos
- Ação – Reestruturação do local de armazenamento e distribuição de medicamentos.
- Ação - Funcionamento e manutenção das atividades da Vigilância
- Ação - Aquisição de veículo para as atividades da vigilância sanitária.

**ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**PRIORIDADES**

- Ação - Funcionamento e apoio dos conselhos municipais.



Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

- Ação - Funcionamento da Casa do cidadão.
- Ação – Construção de unidades habitacionais para a população carente.
- Ação - Aquisição de veículo para o Conselho Tutelar.
- Ação - Manutenção e expansão do atendimento à criança e o adolescente.
- Ação - Manutenção das atividades de proteção ao idoso.
- Ação - Construção da casa do idoso.
- Ação - Manutenção das atividades do conselho tutelar.
- Ação – Manutenção das atividades vinculadas à Gestão do Programa. Bolsa Família – IGD.
- Ação - Promoção do acesso ao mundo do trabalho ACESSUAS.
- Ação - Remuneração do pessoal vinculado à Assistência Social.
- Ação - Concessão de benefícios eventuais.
- Ação - Ações de enfrentamento à pobreza
- Ação - Construção do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
- Ação – Manutenção das atividades de proteção básica de assistência social.
- Ação – Manutenção das atividades do Centro de Ref. de Assist. Social (CRAS).
- Ação – Manutenção e fortalecimento do programa PROJOVEM adolescente.
- Ação – Const. de um Centro de Referência Especial de Assist. Social.
- Ação – Manutenção das atividades do Centro de Ref. Especial de Assist. Social.
- Ação - Realização de cursos de qualificação profissional.

### CIÊNCIA E TECNOLOGIA

#### **PRIORIDADES**

- Ação - Apoio ao funcionamento do Centro Vocacional Tecnológico – CVT.
- Ação - Ações necessárias para implementação do cinturão digital





Poder Executivo Municipal  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA**  
ESTADO DO CEARÁ  
GABINETE DO PREFEITO

**CULTURA**

**PRIORIDADES**

Ação - Implantação do cine teatro municipal.

Ação - Promoção e apoio aos Festivais de Quadrilhas Juninas.

Ação – Des., Proteção e Promoção do Patrimônio e da Diversidade étna, artist. cultural.

Ação – Prom. e apoio a ações culturais, folclóricas e de inclusão social.

Ação - Promoção e Realização das Festividades de Emancipação Política.

Ação - Realização do festival de música, dança e teatro.

Ação - Reativar e manter a banda de música municipal.

Ação - Construção da Biblioteca Municipal.

Ação - Realização de oficinas mensais.

Ação: Realização das festividades de Aniversário de Inauguração da Nova Cidade de Jaguaribara.

**RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

**PRIORIDADES**

Ação - Reserva de contingência.

Jaguaribara – Ce. 28 de maio de 2014.

**FRANCISCO HOLANDA GUEDES**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Prefeitura Municipal de Jaguaribara**  
ESTADO DO CEARÁ

**L D O**

**Lei de Diretrizes Orçamentárias**

**PARTE I**

**Anexos de Riscos Fiscais**

Ano de Referência: 2015



Prefeitura Municipal de Jaguaribara

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Demonstrativo de Riscos fiscais e Providências

2015

ARF (LRF, Art. 4º, §3º)

(R\$)

| PASSIVOS CONTINGENTES                       |                   | PROVIDÊNCIAS   |                   |
|---|-------------------|--|-------------------|
| Descrição                                   | Valor             | Descrição  | Valor             |
| <b>Passivos Contingentes</b>                | <b>50.000,00</b>  |  | <b>55.000,00</b>  |
| DEMANDAS JUDICIAIS                          | 35.000,00         | ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS A PARTIR DA REDUÇÃO DE DOTAÇÃO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS | 35.000,00         |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES                 | 15.000,00         | ABRIR CRÉDITO ADICIONAL A PARTIR DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.                               | 20.000,00         |
| <b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>       |                   | <b>PROVIDÊNCIAS</b>  |                   |
| Descrição                                   | Valor             | Descrição  | Valor             |
| <b>Demais Riscos Fiscais Passivos</b>       | <b>115.000,00</b> |  | <b>110.000,00</b> |
| REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO                  | 45.000,00         | ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS A PARTIR DA REDUÇÃO DE DOTAÇÃO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS | 40.000,00         |
| OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS | 70.000,00         | ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS A PARTIR DA REDUÇÃO DE DOTAÇÃO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS | 70.000,00         |
| <b>TOTAL</b>                                | <b>165.000,00</b> |  | <b>165.000,00</b> |

NOTA:

Passivo Contingentes: Obrigações em processos, ações trabalhistas, indenizações, desapropriações, etc.

Riscos Fiscais: Emergência, Calamidade pública, frustrações de arrecadação prevista, despesas planejadas a menor.

Eventos Fiscais Imprevistos: Extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obra, campanhas não previstas.

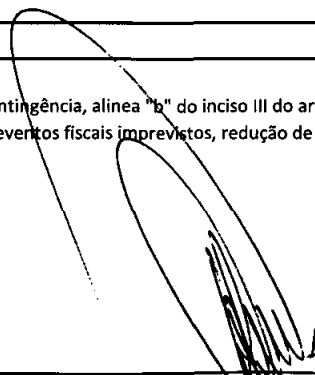
Nota:

A reserva de contingência, alínea "b" do inciso III do art. 5º, destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, redução de despesas e cancelamento de dotações orçamentárias.

Jaguaribara - CE, 28 de Maio de 2014



Francisco Holanda Guedes  
Prefeito Municipal



CONASP S/S  
CRC P/J Nº 304

Prefeitura Municipal de Jaguaribara  
ESTADO DO CEARÁ

**L D O**

**Lei de Diretrizes Orçamentárias**

**PARTE II**

**Anexos de Metas Fiscais**

Ano de Referência: 2015

Prefeitura Municipal de Jaguaribara

ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
IV - Resultado Nominal  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

| ESPECIFICAÇÃO  | 2012<br>(b)         | 2013<br>(c)         | 2014<br>(d)            | 2015*<br>(e)           | 2016*<br>(f)           | 2017*<br>(g)           |
|--|---------------------|---------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| <b>DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )</b>                        | <b>3.525.354,62</b> | <b>3.269.753,73</b> | <b>3.662.124,18</b>    | <b>3.149.426,79</b>    | <b>2.740.001,31</b>    | <b>2.411.201,15</b>    |
| <b>DEDUÇÕES ( II )</b>                                 | -                   | -                   | 14.277.161,25          | 16.535.523,74          | 19.088.137,97          | 21.832.084,82          |
| Ativo Disponível                                       | 354.754,86          | 2.605.716,39        | 19.139.294,96          | 20.670.438,56          | 22.634.130,22          | 24.897.543,25          |
| Haveres Financeiros                                    | 224.339,96          | 217.802,39          | 211.455,33             | 228.371,76             | 250.067,08             | 275.073,79             |
| ( - ) Restos a Pagar Processados                       | 1.977.716,02        | 3.167.667,65        | 5.073.589,05           | 4.363.286,58           | 3.796.059,33           | 3.340.532,21           |
| <b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ( III ) = ( I - II )</b> | <b>3.525.354,62</b> | <b>3.269.753,73</b> | <b>(10.615.037,07)</b> | <b>(13.386.096,95)</b> | <b>(16.348.136,66)</b> | <b>(19.420.883,67)</b> |
| RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES ( IV )                        | -                   | -                   | -                      | -                      | -                      | -                      |
| PASSIVOS RECONHECIDOS ( V )                            | 105.480,93          | 105.480,93          | 105.480,93             | -                      | -                      | -                      |
| <b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV - V )</b>          | <b>3.419.873,69</b> | <b>3.164.272,80</b> | <b>(10.720.518,00)</b> | <b>(13.386.096,95)</b> | <b>(16.348.136,66)</b> | <b>(19.420.883,67)</b> |
| <b>RESULTADO NOMINAL</b>                               | <b>(b - a*)</b>     | <b>(c - b)</b>      | <b>(d - c)</b>         | <b>(e - d)</b>         | <b>(f - e)</b>         | <b>(g - f)</b>         |
|  | <b>(105.480,93)</b> | <b>(255.600,89)</b> | <b>(13.884.790,80)</b> | <b>(2.665.578,95)</b>  | <b>(2.962.039,72)</b>  | <b>(3.072.747,01)</b>  |


\* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício financeiro anterior ao exercício de 2012

Notas:

- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

Jaguaribara - CE, 28 de Maio de 2014

  
Francisco Holanda Guedes  
Prefeito Municipal

  
CONASP S/S  
CRC P/J Nº 304

# Prefeitura Municipal de Jaguaribara

ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo I Metas Anuais - 2015

AMF - Tabela 1 (LRF, Art. 4º, §1º)

(R\$)

| ESPECIFICAÇÃO                                  | 2015*              |                   |                     | 2016*              |                   |                     | 2017*              |                   |                     |
|--|--------------------|-------------------|---------------------|--------------------|-------------------|---------------------|--------------------|-------------------|---------------------|
|  | Valor Corrente (a) | Valor Constante   | % PIB (a/PIB) x 100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante   | % PIB (b/PIB) x 100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante   | % PIB (c/PIB) x 100 |
| Receita Total                                  | 25.704.000,00      | 24.269.662,92     | 20,200              | 28.145.880,00      | 25.089.955,53     | 19,967              | 30.960.468,00      | 26.053.951,75     | 19,967              |
| Receitas Primárias ( I )                       | 25.655.400,00      | 24.223.774,90     | 20,161              | 28.092.663,00      | 25.042.516,54     | 19,930              | 30.901.929,30      | 26.004.690,07     | 19,930              |
| Despesa Total                                  | 25.704.000,00      | 24.269.662,92     | 20,200              | 28.145.880,00      | 25.089.955,53     | 19,967              | 30.960.468,00      | 26.053.951,75     | 19,967              |
| Despesas Primárias ( II )                      | 25.218.000,00      | 23.810.782,74     | 19,818              | 27.613.710,00      | 24.615.565,62     | 19,590              | 30.375.081,00      | 25.561.335,01     | 19,590              |
| <b>Resultado Primário ( III ) = ( I - II )</b> | <b>437.400,00</b>  | <b>412.992,16</b> | <b>0,344</b>        | <b>478.953,00</b>  | <b>426.950,92</b> | <b>0,340</b>        | <b>526.848,30</b>  | <b>443.355,06</b> | <b>0,340</b>        |
| Resultado Nominal                              | -2.665.578,95      | -2.516.834,05     | -2,095              | -2.962.039,72      | -2.640.437,78     | -2,101              | -3.072.747,01      | -2.585.787,86     | -1,982              |
| Dívida Pública Consolidada                     | 3.149.426,79       | 2.973.682,18      | 2,475               | 2.740.001,31       | 2.442.507,07      | 1,944               | 2.411.201,15       | 2.029.081,68      | 1,555               |
| Dívida Consolidada Líquida                     | -13.386.096,95     | -12.639.124,68    | -10,520             | -16.348.136,66     | -14.573.146,12    | -11,598             | -19.420.883,67     | -16.343.123,95    | -12,525             |
| Receitas Primárias advindas de PPP (IV)        | 0,00               | 0,00              | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00                |
| Despesas Primárias geradas por PPP (V)         | 0,00               | 0,00              | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00                |
| Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)       | 0,00               | 0,00              | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00                |

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

| VARIÁVEIS   | 2015           | 2016           | 2017           |
|---|----------------|----------------|----------------|
| PIB real (crescimento % anual)  | 4,62           | 4,90           | 5,00           |
| Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual) | 11,25          | 11,60          | 11,60          |
| Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)  | 1,80           | 1,86           | 1,90           |
| Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação   | 5,91           | 5,92           | 5,93           |
| Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares                                      | 127.250.000,00 | 140.960.000,00 | 155.056.000,00 |

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

| 2015                             | 2016                             | 2017                             |
|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Valor corrente / Índice Deflação | Valor corrente / Índice Deflação | Valor corrente / Índice Deflação |
| 1,0591                           | 1,1218                           | 1,1883                           |

Jaguaribara - CE, 28 de Maio de 2014

Francisco Holanda Guedes  
Prefeito Municipal

CONASP S/S  
CRC P/J Nº 304

Prefeitura Municipal de Jaguaribara

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

2015

AMF - Tabela 2 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso I)

(R\$)

| ESPECIFICAÇÃO                            | I - Metas Previstas<br>2013<br>(a) | % PIB  | II - Metas<br>Realizadas 2013<br>(b) | % PIB  | Variação ( II - I )        |                    |
|--|------------------------------------|--------|--------------------------------------|--------|----------------------------|--------------------|
|  |                                    |        |                                      |        | Valor<br>( c ) = ( b - a ) | %<br>( c/a ) x 100 |
| Receita Total                            | 22.708.600,00                      | 19,707 | 20.207.099,37                        | 19,110 | -2.501.500,63              | -11,02             |
| Receitas Primárias ( I )                 | 22.618.600,00                      | 19,629 | 20.135.685,54                        | 19,043 | -2.482.914,46              | -10,98             |
| Despesa Total                            | 22.708.600,00                      | 19,707 | 19.033.998,13                        | 18,001 | -3.674.601,87              | -16,18             |
| Despesas Primárias ( II )                | 21.874.600,00                      | 18,983 | 18.727.855,34                        | 17,711 | -3.146.744,66              | -14,39             |
| Resultado Primário<br>( III )=( I - II ) | <b>744.000,00</b>                  | 0,646  | <b>1.407.830,20</b>                  | 1,331  | <b>663.830,20</b>          | <b>89,22</b>       |
| Resultado Nominal                        | -528.803,19                        | -0,459 | -255.600,89                          | -0,242 | 273.202,30                 | -51,66             |
| Dívida Pública Consolidada               | 2.996.551,43                       | 2,600  | 3.269.753,73                         | 3,092  | 273.202,30                 | 9,12               |
| Dívida Consolidada Líquida               | 2.996.551,43                       | 2,600  | 3.269.753,73                         | 3,092  | 273.202,30                 | 9,12               |

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2013

| ESPECIFICAÇÃO                                       | VALOR - R\$    |
|---|----------------|
| Previsão do PIB Estadual para 2013                  | 115.230.000,00 |
| Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2013 | 105.740.000,00 |

Jaguaribara - CE, 28 de Maio de 2014

Francisco Nolanda Guedes  
Prefeito Municipal

CQNA SP S/S  
CRC P/J Nº 304

Prefeitura Municipal de Jaguaribara

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

2015

AMF - Tabela 3 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso II)

(R\$)

| ESPECIFICAÇÃO                                  | VALORES A PREÇOS CORRENTES |                     |              |                   |              |                   |            |                   |            |                   |             |
|--|----------------------------|---------------------|--------------|-------------------|--------------|-------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|-------------|
|  | 2012                       | 2013                | %            | 2014              | %            | 2015*             | %          | 2016*             | %          | 2017*             | %           |
| Receita Total                                  | 18.403.428,98              | 20.207.099,37       | 9,8          | 23.800.000,00     | 17,8         | 25.704.000,00     | 8,0        | 28.145.880,00     | 9,5        | 30.960.468,00     | 10,0        |
| Receitas Primárias ( I )                       | 18.341.587,04              | 20.135.685,54       | 9,8          | 23.755.000,00     | 18,0         | 25.655.400,00     | 8,0        | 28.092.663,00     | 9,5        | 30.901.929,30     | 10,0        |
| Despesa Total                                  | 18.559.386,75              | 19.033.998,13       | 2,6          | 23.800.000,00     | 25,0         | 25.704.000,00     | 8,0        | 28.145.880,00     | 9,5        | 30.960.468,00     | 10,0        |
| Despesas Primárias ( II )                      | 17.830.866,88              | 18.727.855,34       | 5,0          | 23.350.000,00     | 24,7         | 25.218.000,00     | 8,0        | 27.613.710,00     | 9,5        | 30.375.081,00     | 10,0        |
| <b>Resultado Primário ( III ) = ( I - II )</b> | <b>510.720,16</b>          | <b>1.407.830,20</b> | <b>175,7</b> | <b>405.000,00</b> | <b>-71,2</b> | <b>437.400,00</b> | <b>8,0</b> | <b>478.953,00</b> | <b>9,5</b> | <b>526.848,30</b> | <b>10,0</b> |
| Resultado Nominal                              | -105.480,93                | -255.600,89         | 15/(B15)-1)* | -13.884.790,80    | 5.332,2      | -2.665.578,95     | -80,8      | -2.962.039,72     | 11,1       | -3.072.747,01     | 3,7         |
| Dívida Pública Consolidada                     | 3.525.354,62               | 3.269.753,73        | -7,3         | 3.662.124,18      | 12,0         | 3.149.426,79      | -14,0      | 2.740.001,31      | -13,0      | 2.411.201,15      | -12,0       |
| Dívida Consolidada Líquida                     | 3.525.354,62               | 3.269.753,73        | -7,3         | -10.720.518,00    | -427,9       | -13.386.096,95    | 24,9       | -16.348.136,66    | 22,1       | -19.420.883,67    | 18,8        |

| ESPECIFICAÇÃO                                  | VALORES A PREÇOS CONSTANTES |                     |              |                   |              |                   |            |                   |            |                   |            |
|--|-----------------------------|---------------------|--------------|-------------------|--------------|-------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|------------|
|  | 2012                        | 2013                | %            | 2014              | %            | 2015*             | %          | 2016*             | %          | 2017*             | %          |
| Receita Total                                  | 20.366.194,43               | 21.403.359,65       | 5,1          | 23.800.000,00     | 11,2         | 24.269.662,92     | 2,0        | 25.089.955,53     | 3,4        | 26.053.951,75     | 3,8        |
| Receitas Primárias ( I )                       | 20.297.756,92               | 21.327.718,12       | 5,1          | 23.755.000,00     | 11,4         | 24.223.774,90     | 2,0        | 25.042.516,54     | 3,4        | 26.004.690,07     | 3,8        |
| Despesa Total                                  | 20.538.785,44               | 20.160.810,82       | -1,8         | 23.800.000,00     | 18,1         | 24.269.662,92     | 2,0        | 25.089.955,53     | 3,4        | 26.053.951,75     | 3,8        |
| Despesas Primárias ( II )                      | 19.732.567,35               | 19.836.544,38       | 0,5          | 23.350.000,00     | 17,7         | 23.810.782,74     | 2,0        | 24.615.565,62     | 3,4        | 25.561.335,01     | 3,8        |
| <b>Resultado Primário ( III ) = ( I - II )</b> | <b>565.189,57</b>           | <b>1.491.173,75</b> | <b>163,8</b> | <b>405.000,00</b> | <b>-72,8</b> | <b>412.992,16</b> | <b>2,0</b> | <b>426.950,92</b> | <b>3,4</b> | <b>443.355,06</b> | <b>3,8</b> |
| Resultado Nominal                              | -116.730,70                 | -270.732,46         | 131,9        | -13.884.790,80    | 5.028,6      | -2.516.834,05     | -81,9      | -2.640.437,78     | 4,9        | -2.585.787,86     | -2,1       |
| Dívida Pública Consolidada                     | 3.901.341,30                | 3.463.323,15        | -11,2        | 3.662.124,18      | 5,7          | 2.973.682,18      | -18,8      | 2.442.507,07      | -17,9      | 2.029.081,68      | -16,9      |
| Dívida Consolidada Líquida                     | 3.901.341,30                | 3.463.323,15        | -11,2        | -10.720.518,00    | -409,5       | -12.639.124,68    | 17,9       | -14.573.146,12    | 15,3       | -16.343.123,95    | 12,1       |

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

| ÍNDICES DE INFLAÇÃO   |                |                |                |                |                |
|-----------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 2012                  | 2013           | 2014           | 2015*          | 2016*          | 2017*          |
| 4,50                  | 4,48           | 5,92           | 5,91           | 5,92           | 5,93           |
| VALORES DE REFERÊNCIA |                |                |                |                |                |
| Valor x Índice        | Valor x Índice | Valor x Índice | Valor / Índice | Valor / Índice | Valor / Índice |
| 1,1067                | 1,0592         | 1,000          | 1,0591         | 1,1218         | 1,1883         |

\* inflação Média ( % anual ) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

Jaguaribara - CE, 28 de Maio de 2014

Francisco Holanda Guedes

Prefeito Municipal

CONASP S/S

CRC P/J Nº 304

Prefeitura Municipal de Jaguaribara

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

2015

AMF - Tabela 4 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> | <b>2013</b>          | <b>%</b>      | <b>2012</b>          | <b>%</b>      | <b>2011</b>          | <b>%</b>      |
|---------------------------|----------------------|---------------|----------------------|---------------|----------------------|---------------|
| Patrimônio / Capital      | 14.014.215,18        | 100,00        | 12.241.322,38        | 100,00        | 15.695.911,30        | 100,00        |
| Reservas                  | 0,00                 | 0,00          | 0,00                 | 0,00          | 0,00                 | 0,00          |
| Resultado Acumulado       | 0,00                 | 0,00          | 0,00                 | 0,00          | 0,00                 | 0,00          |
| <b>TOTAL</b>              | <b>14.014.215,18</b> | <b>100,00</b> | <b>12.241.322,38</b> | <b>100,00</b> | <b>15.695.911,30</b> | <b>100,00</b> |

REGIME PREVIDENCIÁRIO

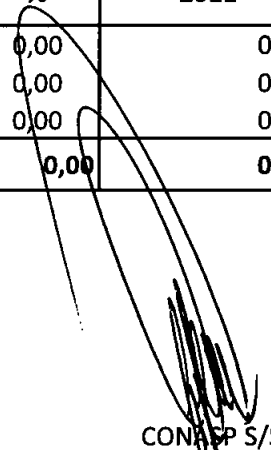
(R\$)

| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> | <b>2013</b> | <b>%</b>    | <b>2012</b> | <b>%</b>    | <b>2011</b> | <b>%</b>    |
|---------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Patrimônio / Capital      | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Reservas                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Resultado Acumulado       | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| <b>TOTAL</b>              | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |

Fonte:

Jaguaribara - CE, 28 de Maio de 2014

  
Francisco Holanda Guedes  
Prefeito Municipal

  
CONASP S/S  
CRC P./A. Nº 304

Prefeitura Municipal de Jaguaribara

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

2015

AMF - Demonstrativo V (LRF, Art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

| RECEITAS REALIZADAS                          | 2013<br>(a) | 2012<br>(b) | 2011<br>(c) |
|--|-------------|-------------|-------------|
| RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 0,00        | 13.366,80   | 8.782,60    |
| Alienação de Bens Móveis                     | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Alienação de Bens Imóveis                    | 0,00        | 13.366,80   | 8.782,60    |

| DESPESAS EXECUTADAS                            | 2013<br>(d) | 2012<br>(e) | 2011<br>(f) |
|--|-------------|-------------|-------------|
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS  | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| DESPESAS DE CAPITAL                            | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Investimentos                                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Inversões Financeiras                          | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Amortização da Dívida                          | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Regime Geral de Previdência Social             | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Regimes Próprios de Previdência dos Servidores | 0,00        | 0,00        | 0,00        |

| SALDO FINANCEIRO | 2013                     | 2012                    | 2011             |
|------------------|--------------------------|-------------------------|------------------|
|                  | (g) = ((Ia-IIId) + IIIh) | (h) = ((Ib-IIe) + IIIi) | (I) = (Ic - Iif) |
| Valor (III)      | 22.149,40                | 22.149,40               | 8.782,60         |

Fonte:

Jaguaribara - CE, 28 de Maio de 2014

Francisco Holanda Guedes  
Prefeito Municipal

CONASP S/S  
CRC P/J Nº 304



Prefeitura Municipal de Jaguaribara

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

2015

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

| RECEITAS   | 2011        | 2012        | 2013        |
|--|-------------|-------------|-------------|
| <b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS( EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS ) (I)</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| <b>RECEITAS CORRENTES</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| <b>Receita de Contribuições dos Segurados</b>                            | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| Pessoal Civil  | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Pessoal Militar  | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Outras Receitas de Contribuições   | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Receita Patrimonial  | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Receita de Serviços  | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| <b>Outras Receitas Correntes</b>   | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS                             | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Demais Receitas Correntes  | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| <b>RECEITA DE CAPITAL</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos                                     | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Amortização de Empréstimos   | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Outras Receitas de Capital   | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| <b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>        | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| <b>RECEITAS CORRENTES</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| <b>Receita de Contribuições</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| Patronal   | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Pessoal Civil  | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Pessoal Militar  | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Para Cobertura de Déficit Atuarial                                       | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Em Regime de Débitos e Parcelamentos                                     | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Receita Patrimonial  | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Receita de Serviços  | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Outras Receitas Correntes  | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| <b>RECEITAS DE CAPITAL</b>   | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| <b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA</b>   | <b>-</b>    | <b>-</b>    | <b>-</b>    |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS ( III ) = ( I + II )</b>           | <b>-</b>    | <b>-</b>    | <b>-</b>    |

Prefeitura Municipal de Jaguaribara

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

2015

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)


| DESPESAS  | 2011        | 2012        | 2013        |
|---|-------------|-------------|-------------|
| <b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS ( EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| <b>ADMINISTRAÇÃO</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| Despesas Correntes  | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Despesas de Capital   | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| <b>PREVIDÊNCIA</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| Pessoal Civil   | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Pessoal Militar   | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| <b>Outras Despesas Previdenciárias</b>                                    | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS                            | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Demais Despesas Previdenciárias   | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| <b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)</b>          | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| <b>ADMINISTRAÇÃO</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| Despesas Correntes  | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Despesas de Capital   | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = ( IV + V)</b>                | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| <b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ( VII ) = ( III - VI )</b>                    | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| <b>SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS</b>                     | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |

Nota:

O saldo das disponibilidades financeiras do exercício anterior ao exercício de 2011 era R\$ >> 0,00

Jaguaribara - CE, 28 de Maio de 2014

  
Francisco Holanda Guedes  
Prefeito Municipal

  
CONASP S/S  
CRC P/J Nº 304

**Prefeitura Municipal de Jaguaribara**

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

2015

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

| EXERCÍCIO | RECEITAS<br>PREVIDENCIÁRIAS<br>(a) | DESPESAS<br>PREVIDENCIÁRIAS<br>(b) | RESULTADO<br>PREVIDENCIÁRIO<br>(c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO<br>DO EXERCÍCIO<br>(d) = (d Exercício<br>Anterior) + (c) |
|-----------|------------------------------------|------------------------------------|--|---|
| 2013      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2014      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2015      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2016      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2017      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2018      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2019      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2020      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2021      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2022      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2023      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2024      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2025      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2026      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2027      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2028      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2029      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2030      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2031      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2032      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2033      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2034      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2035      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2036      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2037      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2038      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2039      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2040      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2041      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2042      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2043      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2044      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2045      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2046      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2047      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2048      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2049      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2050      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2051      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2052      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2053      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2054      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2055      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2056      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |



Prefeitura Municipal de Jaguaribara

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

2015

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

| EXERCÍCIO | RECEITAS<br>PREVIDENCIÁRIAS<br>(a) | DESPESAS<br>PREVIDENCIÁRIAS<br>(b) | RESULTADO<br>PREVIDENCIÁRIO<br>(c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO<br>DO EXERCÍCIO<br>(d) = (d Exercício<br>Anterior) + (c) |
|-----------|------------------------------------|------------------------------------|--|---|
| 2057      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2058      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2059      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2060      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2061      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2062      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2063      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2064      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2065      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2066      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2067      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2068      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2069      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2070      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2071      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2072      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2073      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2074      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2075      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2076      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2077      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2078      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2079      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2080      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2081      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2082      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2083      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2084      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2085      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2086      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2087      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |
| 2088      | 0,00                               | 0,00                               | 0,00   | 0,00  |

Fonte:

Jaguaribara - CE, 28 de Maio de 2014

  
Francisco Holanda Guedes  
Prefeito Municipal

  
CONASP S/S  
CRC P/J Nº 304

Prefeitura Municipal de Jaguaribara

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

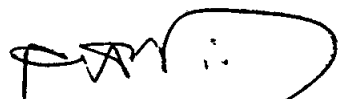
2015

AMF - Demonstrativo VII (LRF, Art. 4º, §2º, inciso V)

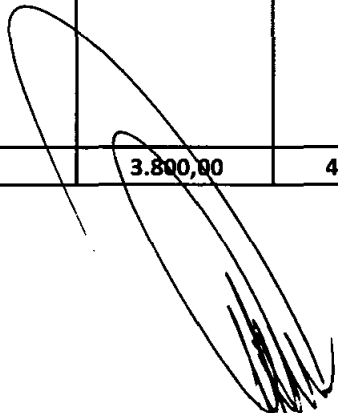
(R\$)

| TRIBUTO                                | MODALIDADE              | SETORES/PROGRAMAS/<br>BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA |                 |                 | COMPENSAÇÃO                               |
|--|-------------------------|------------------------------------|------------------------------|-----------------|-----------------|---|
|  |                         |                                    | 2015                         | 2016            | 2017            |   |
| MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA | IPTU/DÍVIDA ATIVA/TAXAS | CONTRIBUINTE                       | 3.800,00                     | 4.000,00        | 4.100,00        | AUMENTO DA ARRECADAÇÃO JÁ PREVISTO NA LOA |
| <b>TOTAL</b>                           |                         |                                    | <b>3.800,00</b>              | <b>4.000,00</b> | <b>4.100,00</b> |   |

Jaguaribara - CE, 28 de Maio de 2014



Francisco Holanda Guedes  
Prefeito Municipal



CONASP S/S  
CRC P/J Nº 304

**Prefeitura Municipal de Jaguaribara**

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

2015

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, Art. 4º, §2º, inciso V)

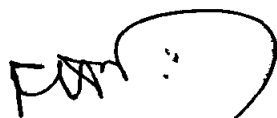
(R\$)

| EVENTOS   | Valor Previsto para 2015 |
|---|--------------------------|
| Aumento Permanente da Receita                           | 0,00                     |
| (-) Transferências Constitucionais                      | 0,00                     |
| (-) Transferências ao FUNDEB                            | 0,00                     |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)        | 0,00                     |
| Redução Permanente de Despesa (II)                      | 0,00                     |
| Margem Bruta (III) = ( I + II )                         | 0,00                     |
| Saldo Utilizado de Margem Bruta ( IV )                  | 0,00                     |
| Impacto de Novas DOCC                                   | 0,00                     |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC ( V ) = ( III - IV ) | 0,00                     |

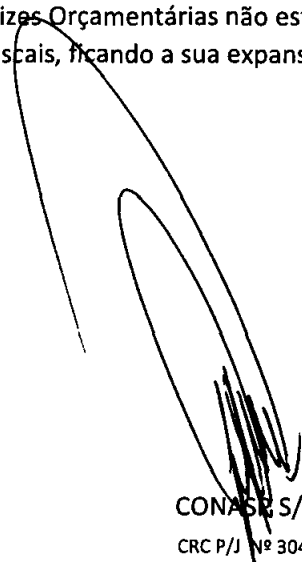
Notas:

As despesas de caráter obrigatório referido na LRF, no caso desta Lei de Diretrizes Orçamentárias não estão sendo previstas por conta do orçamento já está sob controle com relação às metas fiscais, ficando a sua expansão já limitada ao crescimento das receitas, inclusive de convênios.

Jaguaribara - CE, 28 de Maio de 2014



Francisco Holanda Guedes  
Prefeito Municipal



CONAS S/S  
CRC P/J Nº 304

Prefeitura Municipal de Jaguaribara  
ESTADO DO CEARÁ

**L D O**

**Lei de Diretrizes Orçamentárias**

**Demonstrativos de Memória e Metodologia de Cálculos das Metas Fiscais**

Ano de Referência: 2015

Prefeitura Municipal de Jaguaribara

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

| ESPECIFICAÇÃO                            | ARRECADADA    |               | ORÇADA        | PREVISÃO      |               |               |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|  | 2012          | 2013          | 2014          | 2015*         | 2016*         | 2017*         |
| RECEITAS CORRENTES                       | 19.552.582,22 | 21.328.643,71 | 23.588.400,00 | 25.475.472,00 | 27.895.641,84 | 30.685.206,02 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA                       | 664.533,03    | 626.710,84    | 577.000,00    | 623.160,00    | 682.360,20    | 750.596,22    |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES                 | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| RECEITA PATRIMONIAL                      | 48.475,14     | 71.413,83     | 45.000,00     | 48.600,00     | 53.217,00     | 58.538,70     |
| Aplicações Financeiras                   | 48.475,14     | 71.413,83     | 45.000,00     | 48.600,00     | 53.217,00     | 58.538,70     |
| Outras Receitas Patrimoniais             | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| RECEITA AGROPECUÁRIA                     | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| RECEITA INDUSTRIAL                       | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| RECEITA DE SERVIÇOS                      | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES                 | 18.789.316,64 | 20.563.646,04 | 22.909.000,00 | 24.741.720,00 | 27.092.183,40 | 29.801.401,74 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES                | 50.257,41     | 66.873,00     | 57.400,00     | 61.992,00     | 67.881,24     | 74.669,36     |
| RECEITAS DE CAPITAL                      | 919.958,21    | 1.175.128,76  | 2.800.000,00  | 3.024.000,00  | 3.311.280,00  | 3.642.408,00  |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO                     | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| ALIENAÇÃO DE BENS                        | 13.366,80     | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS               | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL                | 906.591,41    | 1.175.128,76  | 2.800.000,00  | 3.024.000,00  | 3.311.280,00  | 3.642.408,00  |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL               | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA    | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| RECEITAS TRIBUTÁRIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA   | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| RECEITAS DE CONTRIB. INTRA-ORÇAMENTÁRIA  | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| RECEITAS PATRIMONIAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA  | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| RECEITAS AGROPECUÁRIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| RECEITAS INDUSTRIAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA   | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| RECEITAS DE SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTÁRIA  | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| OUTRAS REC. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |

Continuação...



Continuação...

Prefeitura Municipal de Jaguaribara

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

1 - RECEITAS


Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

| ESPECIFICAÇÃO                            | ARRECADADA           |                      | ORÇADA               | PREVISÃO             |                      |                      |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
|  | 2012                 | 2013                 | 2014                 | 2015*                | 2016*                | 2017*                |
| RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA   | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTRA-ORÇAMENTÁRIA  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| ALIENAÇÃO DE BENS INTRA-ORÇAMENTÁRIA     | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| AMORTIZ.DE EMPRESTIMO INTRA-ORÇAMENTÁRIA | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| OUTRAS REC.DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES          | -2.069.111,45        | -2.296.673,10        | -2.588.400,00        | -2.795.472,00        | -3.061.041,84        | -3.367.146,02        |
| DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES | -2.069.111,45        | -2.296.673,10        | -2.588.400,00        | -2.795.472,00        | -3.061.041,84        | -3.367.146,02        |
| <b>Total</b>                             | <b>18.403.428,98</b> | <b>20.207.099,37</b> | <b>23.800.000,00</b> | <b>25.704.000,00</b> | <b>28.145.880,00</b> | <b>30.960.468,00</b> |

Jaguaribara - CE, 28 de Maio de 2014

  
Francisco Holanda Guedes  
Prefeito Municipal

  
CONASP S/S  
CRC P/J Nº 304

Prefeitura Municipal de Jaguaribara

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

II - Despesas

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

| CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS | EXECUTADA            |                      | ORÇADA               | PREVISÃO             |                      |                      |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
|  | 2012                 | 2013                 | 2014                 | 2015*                | 2016*                | 2017*                |
| <b>DESPESAS CORRENTES ( I )</b>                      | <b>16.582.728,20</b> | <b>18.404.568,82</b> | <b>19.034.200,00</b> | <b>20.556.936,00</b> | <b>22.509.844,92</b> | <b>24.760.829,41</b> |
| Pessoal e Encargos Sociais                           | 10.645.458,48        | 12.274.978,77        | 11.645.800,00        | 12.577.464,00        | 13.772.323,08        | 15.149.555,39        |
| Aplicações Diretas                                   | 10.645.458,48        | 12.274.978,77        | 11.645.800,00        | 12.577.464,00        | 13.772.323,08        | 15.149.555,39        |
| Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades           | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    |
| Juros e Encargos da Dívida                           | 50.373,08            | 50.541,90            | 50.000,00            | 54.000,00            | 59.130,00            | 65.043,00            |
| Aplicações Diretas                                   | 50.373,08            | 50.541,90            | 50.000,00            | 54.000,00            | 59.130,00            | 65.043,00            |
| Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades           | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    |
| Outras Despesas Correntes                            | 5.886.896,64         | 6.079.048,15         | 7.338.400,00         | 7.925.472,00         | 8.678.391,84         | 9.546.231,02         |
| Aplicações Diretas                                   | 5.886.896,64         | 6.079.048,15         | 7.338.400,00         | 7.925.472,00         | 8.678.391,84         | 9.546.231,02         |
| Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades           | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    |
| <b>DESPESA DE CAPITAL ( II )</b>                     | <b>1.976.658,55</b>  | <b>629.429,31</b>    | <b>4.555.800,00</b>  | <b>4.920.264,00</b>  | <b>5.387.689,08</b>  | <b>5.926.457,99</b>  |
| Investimentos  | 1.298.511,76         | 373.828,42           | 4.155.800,00         | 4.488.264,00         | 4.914.649,08         | 5.406.113,99         |
| Aplicações Diretas                                   | 1.298.511,76         | 373.828,42           | 4.155.800,00         | 4.488.264,00         | 4.914.649,08         | 5.406.113,99         |
| Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades           | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    |
| Inversões Financeiras                                | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    |
| Aplicações Diretas                                   | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    |
| Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades           | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    |
| Transferência de Capital                             | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    |
| Amortização da Dívida                                | 678.146,79           | 255.600,89           | 400.000,00           | 432.000,00           | 473.040,00           | 520.344,00           |
| Aplicações Diretas                                   | 678.146,79           | 255.600,89           | 400.000,00           | 432.000,00           | 473.040,00           | 520.344,00           |
| Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades           | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    |
| <b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA ( III )</b>               | <b>-</b>             | <b>-</b>             | <b>210.000,00</b>    | <b>226.800,00</b>    | <b>248.346,00</b>    | <b>273.180,60</b>    |
| <b>Total</b>   | <b>18.559.386,75</b> | <b>19.033.998,13</b> | <b>23.800.000,00</b> | <b>25.704.000,00</b> | <b>28.145.880,00</b> | <b>30.960.468,00</b> |

Jaguaribara - CE, 28 de Maio de 2014

  
Francisco Holanda Guedes  
Prefeito Municipal

  
CONASP S/S  
CRC P/J Nº 304

Prefeitura Municipal de Jaguaribara

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

III - Resultado Primário

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

| ESPECIFICAÇÃO   | 2012                 | 2013                 | 2014                 | 2015*                | 2016*                | 2017*                |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| RECEITAS CORRENTES ( I )  | 17.483.470,77        | 19.031.970,61        | 21.000.000,00        | 22.680.000,00        | 24.834.600,00        | 27.318.060,00        |
| RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA)   | 19.552.582,22        | 21.328.643,71        | 23.588.400,00        | 25.475.472,00        | 27.895.641,84        | 30.685.206,02        |
| Receitas Tributárias  | 664.533,03           | 626.710,84           | 577.000,00           | 623.160,00           | 682.360,20           | 750.596,22           |
| Receita de Contribuição   | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| Receita Patrimonial   | 48.475,14            | 71.413,83            | 45.000,00            | 48.600,00            | 53.217,00            | 58.538,70            |
| Aplicações Financeiras ( II )   | 48.475,14            | 71.413,83            | 45.000,00            | 48.600,00            | 53.217,00            | 58.538,70            |
| Outras Receitas Patrimoniais  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| Receita Agropecuária  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| Receita Industrial  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| Receita de Serviços   | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| Transferências Correntes  | 18.789.316,64        | 20.563.646,04        | 22.909.000,00        | 24.741.720,00        | 27.092.183,40        | 29.801.401,74        |
| Outras Receitas Correntes   | 50.257,41            | 66.873,00            | 57.400,00            | 61.992,00            | 67.881,24            | 74.669,36            |
| RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES   | -2.069.111,45        | -2.296.673,10        | -2.588.400,00        | -2.795.472,00        | -3.061.041,84        | -3.367.146,02        |
| RECEITAS FISCAIS CORRENTES ( III ) = ( I - II )                                   | 17.434.995,63        | 18.960.556,78        | 20.955.000,00        | 22.631.400,00        | 24.781.383,00        | 27.259.521,30        |
| RECEITAS DE CAPITAL ( IV )  | 919.958,21           | 1.175.128,76         | 2.800.000,00         | 3.024.000,00         | 3.311.280,00         | 3.642.408,00         |
| Operações de Crédito ( V )  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| Alienação de Bens ( VI )  | 13.366,80            | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| Amortizações de Empréstimos ( VII )   | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| Tranferências de Capital  | 906.591,41           | 1.175.128,76         | 2.800.000,00         | 3.024.000,00         | 3.311.280,00         | 3.642.408,00         |
| Outras Receitas de Capital  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| Receitas Fiscais de Capital ( VIII ) = ( IV - V - VI - VII )                      | 906.591,41           | 1.175.128,76         | 2.800.000,00         | 3.024.000,00         | 3.311.280,00         | 3.642.408,00         |
| <b>RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS (IX) = (III + VIII)</b> | <b>18.341.587,04</b> | <b>20.135.685,54</b> | <b>23.755.000,00</b> | <b>25.655.400,00</b> | <b>28.092.663,00</b> | <b>30.901.929,30</b> |
| <b>RECEITA TOTAL</b>  | <b>18.403.428,98</b> | <b>20.207.099,37</b> | <b>23.800.000,00</b> | <b>25.704.000,00</b> | <b>28.145.880,00</b> | <b>30.960.468,00</b> |

Continuação...

Continuação...

Prefeitura Municipal de Jaguaribara

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

III - Resultado Primário

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

| ESPECIFICAÇÃO  | 2012                 | 2013                 | 2014                 | 2015*                | 2016*                | 2017*                |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| <b>DESPESAS CORRENTES ( X )</b>  | <b>16.582.728,20</b> | <b>18.404.568,82</b> | <b>19.034.200,00</b> | <b>20.556.936,00</b> | <b>22.509.844,92</b> | <b>24.760.829,41</b> |
| Pessoal e Encargos Sociais   | 10.645.458,48        | 12.274.978,77        | 11.645.800,00        | 12.577.464,00        | 13.772.323,08        | 15.149.555,39        |
| Juros e Encargos da Dívida ( XI )  | 50.373,08            | 50.541,90            | 50.000,00            | 54.000,00            | 59.130,00            | 65.043,00            |
| Outras Despesas Correntes  | 5.886.896,64         | 6.079.048,15         | 7.338.400,00         | 7.925.472,00         | 8.678.391,84         | 9.546.231,02         |
| <b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES ( XII ) = ( X - XI )</b>                                       | <b>16.532.355,12</b> | <b>18.354.026,92</b> | <b>18.984.200,00</b> | <b>20.502.936,00</b> | <b>22.450.714,92</b> | <b>24.695.786,41</b> |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL ( XIII )</b>  | <b>1.976.658,55</b>  | <b>629.429,31</b>    | <b>4.555.800,00</b>  | <b>4.920.264,00</b>  | <b>5.387.689,08</b>  | <b>5.926.457,99</b>  |
| Investimentos  | 1.298.511,76         | 373.828,42           | 4.155.800,00         | 4.488.264,00         | 4.914.649,08         | 5.406.113,99         |
| Inversões Financeiras  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| Transferência de Capital   | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| Amortização da Dívida ( XIV )  | 678.146,79           | 255.600,89           | 400.000,00           | 432.000,00           | 473.040,00           | 520.344,00           |
| <b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL ( XV ) = ( XIII - XIV )</b>                                   | <b>1.298.511,76</b>  | <b>373.828,42</b>    | <b>4.155.800,00</b>  | <b>4.488.264,00</b>  | <b>4.914.649,08</b>  | <b>5.406.113,99</b>  |
| RESERVA DE CONTIGÊNCIA ( XVI )   | 0,00                 | 0,00                 | 210.000,00           | 226.800,00           | 248.346,00           | 273.180,60           |
| <b>DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) ( XVII ) = ( XII + XV + XVI )</b> | <b>17.830.866,88</b> | <b>18.727.855,34</b> | <b>23.350.000,00</b> | <b>25.218.000,00</b> | <b>27.613.710,00</b> | <b>30.375.081,00</b> |
| <b>DESPESA TOTAL</b>   | <b>18.559.386,75</b> | <b>19.033.998,13</b> | <b>23.800.000,00</b> | <b>25.704.000,00</b> | <b>28.145.880,00</b> | <b>30.960.468,00</b> |
| <b>Resultado Primário ( IX - XVII )</b>  | <b>510.720,16</b>    | <b>1.407.830,20</b>  | <b>405.000,00</b>    | <b>437.400,00</b>    | <b>478.953,00</b>    | <b>526.848,30</b>    |

Jaguaribara - CE, 28 de Maio de 2014

  
Francisco Holanda Guedes  
Prefeito Municipal

  
CONESP S/S  
CRC P/1 Nº 304

Prefeitura Municipal de Jaguaribara

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

V - Montante da Dívida Pública

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)


| ESPECIFICAÇÃO                     | 2012                | 2013                | 2014                   | 2015*                  | 2016*                  | 2017*                  |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| <b>DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )</b>   | <b>3.525.354,62</b> | <b>3.269.753,73</b> | <b>3.662.124,18</b>    | <b>3.149.426,79</b>    | <b>2.740.001,31</b>    | <b>2.411.201,15</b>    |
| Dívida Mobiliária                 | -                   | -                   | -                      | -                      | -                      | -                      |
| Outras Dívidas                    | 3.525.354,62        | 3.269.753,73        | 3.662.124,18           | 3.149.426,79           | 2.740.001,31           | 2.411.201,15           |
| <b>DEDUÇÕES ( II )</b>            | <b>-</b>            | <b>-</b>            | <b>14.277.161,25</b>   | <b>16.535.523,74</b>   | <b>19.088.137,97</b>   | <b>21.832.084,82</b>   |
| Ativo Disponível                  | 354.754,86          | 2.605.716,39        | 19.139.294,96          | 20.670.438,56          | 22.634.130,22          | 24.897.543,25          |
| Haveres Financeiros               | 224.339,96          | 217.802,39          | 211.455,33             | 228.371,76             | 250.067,08             | 275.073,79             |
| ( - ) Restos a Pagar              | 1.977.716,02        | 3.167.667,65        | 5.073.589,05           | 4.363.286,58           | 3.796.059,33           | 3.340.532,21           |
| <b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA</b> | <b>3.525.354,62</b> | <b>3.269.753,73</b> | <b>(10.615.037,07)</b> | <b>(13.386.096,95)</b> | <b>(16.348.136,66)</b> | <b>(19.420.883,67)</b> |

Notas:

O cálculo realizado para o exercício de 2014 foi projetado com base na variação percentual de 2013 em relação à variação do ano de 2012

Jaguaribara - CE, 28 de Maio de 2014

  
Francisco Holanda Guedes  
Prefeito Municipal

  
CONASP S/S  
CRC P/J Nº 304